

## CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O **INSTITUTO MOSAP – MOVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS**, sempre na perspectiva da defesa do voto consciente, da eleição de pessoas comprometidas com os princípios republicanos e na defesa dos servidores públicos aposentados e seus pensionistas, sente-se na obrigação de transmitir sua manifestação de como os candidatos devem agir de forma ética e transparente.

O **MOSAP** aproveitando este momento pré-eleitoral, em que muitos movimentos pretendem definir critérios que permitam o seu apoio aos candidatos, para propor algumas recomendações visando a escolha de nomes éticos e comprometidos com os princípios republicanos, a partir da sugestão de uma espécie de compromisso público desses candidatos. Nessa perspectiva, recomenda que esse manifesto público tenha por base alguns “*considerandos*”, como os abaixo reproduzidos e, na sequência, alguns compromissos objetivos com condutas e pautas, sem prejuízo de outros que os movimentos possam vir a acrescentar. Esse compromisso público vale tanto para os atuais parlamentares que disputam a reeleição, como para os novos candidatos.

*“Considerando que o povo, na condição de eleitor, é o legítimo titular do poder e ao depositar seu voto em alguém, conferindo mandato para representá-lo, o faz com base na trajetória – política/pessoal/profissional e ética – do candidato, com fundamento no programa apresentado durante a campanha e com exigência de prestação de contas;*

*Considerando que o eleitor também espera que o candidato, uma vez eleito e no cumprimento do mandato, seja autêntico e republicano no exercício das três dimensões da atuação parlamentar, como representante, legislador e fiscalizador dos atos e gastos governamentais;*

*Considerando que a coerência entre discurso e prática é que legitima o exercício da representação e da governança;*

*Considerando que o movimento social só patrocina candidaturas comprometidas com causas e projetos que coincidam com os interesses, aspirações, desejos e reivindicações de sua base;*

*Considerando que a descrença na política, nos detentores de mandato e nos agentes públicos, de modo geral, decorrente da ausência de confiança na seriedade, na decência e no compromisso dos representantes para com os representados;*

*Considerando, ainda, que a ética e a transparência são pressupostos indispensáveis à relação de confiança entre representante e representado;*

O candidato deverá assumir o compromisso público com:

*1. Ética na condução do mandato*

- a) Só contratar, para o gabinete, pessoas que tenham ficha limpa;*
- b) Só apoiar para cargos públicos pessoas capacitadas e com ficha limpa;*
- c) Só patrocinar ou apoiar proposições que sejam defensáveis ética e moralmente;*
- d) Não aceitar chantagem, ameaça ou favor em troca de votos no Legislativo;*
- e) Não transigir com desvio de conduta.*

*2. Transparência e prestação de contas*

- a) Divulgar o posicionamento como parlamentar em todas as votações no âmbito do Legislativo;*
- b) Publicar a agenda institucional do seu gabinete;*
- c) Informar como serão gastas as verbas de gabinete e as verbas indenizatórias;*
- d) Divulgar a forma e o destino das suas emendas ao orçamento.*

*3. Lealdade ao programa de campanha – mérito*

- a) Apoiar e defender a regulamentação da Constituição e a sua implementação plena, no tocante aos direitos e garantias e aos princípios da ordem social, da tributação e da ordem econômica;*
- b) Apoiar e defender o fortalecimento do Estado, especialmente na prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte, bem como valorizar a profissionalização do serviço público;*
- c) Apoiar e defender legislação de proteção social, como a trabalhista e previdenciária, sendo contrário à flexibilização ou redução de direitos;*
- d) Apoiar e defender a estabilidade econômica e a inclusão social, criando as condições para o retorno dos investimentos e da geração de emprego e renda, bem como a flexibilização ou revogação da Emenda Constitucional do Congelamento dos gastos públicos (E.C. nº 95);*
- e) Apoiar uma reforma política que garanta equidade na disputa eleitoral e também:
  - i) aproxime o representante do representado;*
  - ii) reduza os gastos de campanha;*
  - iii) combata todas as formas de corrupção eleitoral;*
  - iv) dê consistência ideológica e programática aos partidos políticos.**

*4. Compromisso, consulta e participação do eleitorado*

- a) Mediar e intermediar, de forma transparente e sem visar vantagens pessoais,*

*demandas dos movimentos sociais junto aos agentes públicos e privados;*

*b) Criar e manter canais de participação e interlocução para e com os segmentos organizados;*

*c) Promover consulta periódica sobre os temas relevantes da conjuntura nacional;*

*d) Apoiar a organização da sociedade civil e sua participação no processo político e de decisão das políticas públicas”.*

Em relação aos atuais parlamentares, além do compromisso, é preciso verificar como se comportaram em relação aos temas objeto deste compromisso, avaliando como escolheram seus auxiliares, como gastaram a verba indenizatória e de gabinete, como alocaram as emendas do orçamento e também como votaram em relação a temas centrais, o congelamento do gasto público, a Reforma Trabalhista, a Terceirização, o Pré-sal, bem como em relação ao processo de “*impeachment*”, entre outras votações relevantes. Para checar tais informações, em relação aos atuais parlamentares, cabe acessar os portais do Congresso – Câmara e Senado – e os das entidades da sociedade civil, inclusive o do Diap, ou recorrer à Lei de Acesso à Informação. O presente termo de compromisso deverá visar a melhoria da representação política e que sejam sufragados os nomes mais éticos e comprometidos com os interesses da nação bem como com o reconhecimento do valor dos aposentados do serviço público na construção da sociedade brasileira.